

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

REQUERIMENTO CONVOCAÇÃO Nº DE 2023

(Do Sr. Delegado Fabio Costa)

Requer a convocação de José Rodrigo Marques Quaresma, Gerente Executivo Administrativo do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL, para que possa depor nesta CPI, como testemunha.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) c/c § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, que o Sr. José Rodrigo Marques Quaresma, Gerente Executivo Administrativo do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL, seja convocado por esta CPI, como testemunha, a fim de prestar esclarecimentos sobre as Feiras Agrárias dos Movimentos Sociais do Campo:

JUSTIFICAÇÃO

O direito à propriedade privada no ordenamento jurídico brasileiro vigente é um dos mais sólidos e, talvez, o mais importante dos direitos subjetivos. Tanto é assim, que se encontra inserido no âmbito dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988.

A despeito dessa importância, o que se observa no país desde janeiro é um crescimento desordenado e expressivo das invasões a propriedades rurais



produtivas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Frente Nacional de Lutas Campo e Cidade (FNL), que viola descaradamente direitos de propriedade constitucionalmente assegurados.

Conforme amplamente noticiado pela mídia¹, de acordo com dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as invasões de terras nos primeiros três meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva já superam a totalidade das invasões ocorridas durante **todo o primeiro ano do governo Jair Bolsonaro**.

O mais chocante, ainda, é perceber que esses movimentos são financiados. Conforme bem pontuado pelo Presidente da Frente Parlamentar de Agricultura, Deputado Pedro Lupion (PP-PR), “*não é barato e não é fácil fazer uma mobilização tão forte quanto essas que fizeram no Carnaval e em abril, principalmente essas organizadas como foram os casos das invasões da Embrapa e da Suzano*”².

Com o escopo de investigar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criada esta CPI, e um de seus objetivos precípuos é descobrir quem financia e oferece apoio logístico, organizacional ou de infraestrutura aos movimentos destinados às invasões de terra no país.

Sob essa ótica, e considerando as denúncias recebidas por esse Gabinete, é essencial e urgente a presença do Sr. José Rodrigo Marques Quaresma, Gerente Executivo Administrativo do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL a fim de tecer os seguintes esclarecimentos acerca das Feiras Agrárias dos Movimentos Sociais do Campo que acontecem no estado de Alagoas:

1. Se o ITERAL presta algum tipo de apoio logístico, organizacional ou de infraestrutura para a realização das Feiras Agrárias dos Movimentos

¹ SOB LULA, INVASÕES DE TERRA JÁ SUPERAM AS DO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO BOLSONARO. Portal R7 [online], 21/03/2023, Notícias - Brasília. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasilia/sob-lula-invasoes-de-terra-ja-superam-as-do-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro-21032023>. Acesso em 31/05/2023.

² CPI DO MST DEVE IDENTIFICAR QUEM FINANCIAS INVASÕES. Portal SBT News [online], 25/04/2023, Notícias > Congresso. Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/congresso/245844-cpi-do-mst-deve-identificar-quem-financia-invasoes->. Acesso em 31/05/2023.



Sociais do Campo, que acontecem sob diferentes nomenclaturas, dentre as quais citamos Feira da Reforma Agrária, Feira Camponesa, Feira Agroecológica, etc.;

1. De que maneira o ITERAL presta esse apoio, se diretamente ou através de empresas/organizações terceirizadas;
2. Se tais organizações/empresas são contratadas pelo ITERAL, se participaram de algum tipo de processo seletivo ou licitatório, etc.;
3. Que nos forneça a relação das despesas subsidiadas por este órgão para realização das feiras relacionadas no item 1 acima;
4. Que nos forneça os dados, cópias de contratos, comprovantes de pagamentos, termos de parceria e demais documentos relativos às empresas/organizações acima citadas, bem como seus dados e de seus respectivos representantes legais.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2023.

Delegado Fabio Costa
Deputado Federal - PP/AL

